



DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESCOLA DOMINICAL **“ESCOLA DOMINICAL FEITA PRA MIM E PRA VOCÊ”**



A Igreja Metodista e a ditadura militar: cinquenta anos do Golpe de 1964 **O que a Igreja tem a refletir sobre isso**

Caras irmãs e irmãos:

Esperança e Paz!

O Departamento Nacional de Escola Dominical com esse primeiro tema inicia a série *Atualidades*. Nosso objetivo é trazer uma reflexão bíblica a partir de temas que estão em voga na sociedade. Essa iniciativa tem como prerrogativa oferecer subsídios para que a igreja local, de acordo com seu desejo, planejamento e proposta pedagógica possa desenvolver sua educação cristã e seu trabalho missionário.

Na certeza de que o Deus da Vida nos orienta e nos convida a sermos sal da terra e luz do mundo (Mateus 5.13-16), seguimos trabalhando mediante o conceito paulino:

“Rogo-vos, pois, irmãos, pelas misericórdias de Deus, que apresenteis o vosso corpo por sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional. E não vos conformeis com este século, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus. Porque, pela graça que me foi dada, digo a cada um dentre vós que não pense de si mesmo além do que convém; antes, pense com moderação, segundo a medida da fé que Deus repartiu a cada um” Romanos 12.1-3.

Para construir a reflexão bíblica a partir dos 50 anos do Golpe Militar, convidamos a Assessoria Episcopal de Direitos Humanos da 3ª RE, que nos brindou com uma excelente reflexão. Vale destacar que ao tratarmos desse tema, temos a dimensão das tensões que ele provoca. No entanto, nossa intenção não é promover revanchismo ou coisas do tipo, mas propiciar e encorajar a igreja a refletir sobre questões que ainda que não nos sejam cômodas, são extremamente necessárias.

Com o desejo de que a nossa Igreja Metodista cresça na graça e no conhecimento do nosso Senhor Jesus Cristo, desejamos um excelente tempo de reflexão e partilha,

Departamento Nacional de Escola Dominical



DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESCOLA DOMINICAL **“ESCOLA DOMINICAL FEITA PRA MIM E PRA VOCÊ”**



A Igreja Metodista e a ditadura militar: cinquenta anos do Golpe de 1964 **O que a Igreja tem a refletir sobre isso?**

Quero trazer à memória o que me pode dar esperança... (Lamentações de Jeremias 3.21)

Falar sobre um tema como este é um exercício tenso, porque é uma fase da história recente em nosso país que ainda não foi resolvida. Muitas pessoas desaparecidas constam em listas sem fim, a história foi parcialmente contada a partir de quem venceu. Por isso é imperativo procurar restaurar a memória e construir uma reflexão histórica que nos ajude a curar feridas, restaurar a dignidade e construir um novo mundo.

A Igreja Metodista no Brasil, já em 1934, no documento conciliar intitulado A atitude da Igreja Metodista do Brasil perante o Mundo e a Nação, ancorada na sua reflexão bíblica em comunicação com a realidade, definia como elemento inerente e universal à sua missão que “não podemos deixar de manifestar a consciência cristã perante os problemas sociais, econômicos e industriais”. O mesmo texto reafirma que há um misticismo^{1*} isolado em nossa sociedade que torna as pessoas indiferentes ao sofrimento humano. Um cristianismo vivido desta forma não serve à causa do Reino de Deus na modernidade. Assim, reafirmava que “o Evangelho que nós pregamos é uma força social transformadora”.

A igreja entende que o Evangelho precisa ser encarnado nas realidades socioculturais, na dinâmica da história, na vida das pessoas com seus dramas e desafios. Do contrário ter-se-ia mais letra morta do que uma espiritualidade vivificadora. Por essa razão, em 1960, na busca de uma ação missionária que não reduzisse a vivência da boa notícia ao mero proselitismo*, próprio da disputa religiosa por uma espécie de “mercado de fiéis”, o sétimo Concílio Geral, realizado no Instituto Grambery (Juiz de Fora, MG) publicou em nosso Credo Social* que:

“A Igreja Metodista do Brasil encara a complexidade dos problemas hodiernos* de acordo com o espírito do ensino de Jesus. Ele nos ordena a amar o próximo como a nós mesmos. Esta ordem nos impõe a busca da justiça para o nosso próximo. Silenciar, pois, em face das necessidades, da injustiça e da exploração é negar a Nosso Senhor Jesus Cristo...”

Em tais documentos a igreja explicita que sua missão de encarnação do Evangelho a leva ao testemunho do Reino na esfera pública, defendendo os direitos das mulheres, das crianças, pregando o respeito às outras religiões, lutando contra o racismo e outros problemas que devem ser profeticamente denunciados e, sob a inspiração do Evangelho, ter sua realidade transformada.

Por isso, quando falamos de nossa missão, é importante considerar o papel político da igreja, seja no que tange ao seu caráter institucional, sua autocompreensão como parte do

¹ Todas as palavras com * estão definidas no glossário no final do documento.



DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESCOLA DOMINICAL **“ESCOLA DOMINICAL FEITA PRA MIM E PRA VOCÊ”**



corpo de Cristo, seja no que concerne à conscientização de seus membros que individualmente exercem cidadania. Cabe lembrar que não estamos reduzindo a expressão “política” ao político partidário, mas nos referimos à sua raiz. Política vem da palavra grega *polis*, que se referia à cidade, à preocupação comunitária.

O contrário do termo político era o *idiotes*, de onde vem a palavra idiota. Tal palavra não era um xingamento irrefletido, como se usa hoje, mas uma expressão para designar aquela pessoa que só pensa em si, não se preocupa com as outras, com a causa pública. Para a fé cristã em geral e para o metodismo em particular, como vemos no trabalho de John Wesley, na Inglaterra do século dezoito, a vida cristã é social, pois para Wesley “a missão do cristão está vinculada a uma missão de cidadania: a “reforma da nação” e o “espalhar santidade bíblica por toda a terra” (JOSGRILBERG, Rui de Souza. Qual o sentido de “Social” na “Religião Social” de John Wesley? In: Sal da Terra e Luz do Mundo: 100 anos do Credo Social Metodista. São Bernardo do Campo: Editeo, 2009, p.58).

Assim, quando falamos do compromisso cristão com a causa dos Direitos Humanos e manifestamos nossa rejeição a qualquer modelo autoritário de governo, o fazemos com base na nossa fé e em nossa herança histórica.

Hoje, no Brasil, estamos em um tempo de repensar o que aconteceu há 50 anos. Toda nação está revendo, rememorando, refletindo sobre um tempo muito ruim para o Brasil. Com o golpe de 1964, o Brasil passou por um tempo de muita angústia, de muito sangue, privação da liberdade de expressão, dor no meio de muitas famílias pelo desaparecimento ou separação de alguém muito querido/a, enfim, quem não viveu diretamente esse tempo, essa situação de ausência, pode e deve demonstrar solidariedade, mas de forma alguma terá condições de medir a dor de quem passou. Ainda hoje muitas pessoas somem, muitas famílias são destruídas. Ao pararmos como Igreja para pensar nisso, se dispõe a nossa frente a possibilidade de agirmos como agentes transformadores na luta contra qualquer tipo de injustiça.

O que foi o Golpe de 1964?

De início cabe aqui diferenciar golpe de revolução. A pesquisa histórica nos apresenta elementos que nos ajudam nesta diferenciação. Um golpe de estado trata-se de uma insurreição política quase sempre de caráter violento contra a constituição. Em um golpe, um governante, ou um pequeno grupo, assume caráter supremo e enfraquece todas as formas de organização política da sociedade. Para tanto, precisa de apoio das forças armadas para garantir-se.

Observa-se na história que em sequência ao golpe sempre surge, como forma de governo, uma ditadura. Tanto um golpe quanto uma revolução se apresentam como rupturas da ordem institucional vigente, entretanto a revolução propõe uma mudança radical nas estruturas e sistemas, tanto econômicos, quanto sociais, enquanto um golpe implica num rearranjo de poder, uma transição, isto é, ocorre uma substituição das elites no poder (SILVA, Kalina Vanderlei. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo: Contexto, 2010, p. 175). Isso



DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESCOLA DOMINICAL **“ESCOLA DOMINICAL FEITA PRA MIM E PRA VOCÊ”**



quando não ocorre é apenas uma reafirmação dos que já mandavam, mas feito de maneira a garantir que a estrutura de privilégios permaneça.

Na sequência do golpe, ocorre o cerceamento de direitos políticos e uso da força do Estado para fortalecer o poder executivo acima de outros poderes. O mais curioso é que golpes instauradores de regimes ditatoriais buscam se justificar como algo feito em nome da democracia e da liberdade. Este foi o caso do golpe de 64 no Brasil. Por esta razão, não adotamos o termo revolução para designá-lo, conforme foi costume em algumas obras de história escrita por quem estava no poder.

Em 1961, o presidente Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Nacional, renunciou ao seu mandato recém-iniciado. Conforme a constituição de 1946, quem deveria assumir era o seu vice, no caso João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro. O vice-presidente encontrava-se na ocasião em viagem diplomática à República Popular da China, o que serviu como um dos argumentos para que fosse acusado de ser comunista e estimular uma rejeição quanto à sua posse. Depois de inúmeras negociações, Jango, como era conhecido, seria aceito como chefe de estado, mas com a transformação do regime presidencialista em parlamentarista, diluiu-se assim a força executiva do presidente.

Em 1963, ocorreu um plebiscito que contribuiu para o retorno ao regime presidencialista, contudo, embora com os plenos poderes do executivo, Jango teria que lidar com um país marcado por vários problemas de ordem estrutural, tanto econômica, quanto política, resultado de um mundo marcado pelas disputas internacionais (como, por exemplo, a Guerra Fria) e as brigas internas pelo poder.

Ao contrário do que se propagou Jango não era comunista, era inclusive um latifundiário, mesmo assim, defendia a necessidade de mudanças estruturais que culminaram na criação de planos de Reformas de Base que incluíam a reforma agrária e a reforma na educação. O tema espantava as expressões mais conservadoras da elite brasileira.

A presença popular com a organização do movimento sindical, a origem das ligas camponesas e um pouco de politização de setores da sociedade que desejavam ser protagonistas do desenvolvimento da nação, foram alguns dos vários motivos que levaram à articulação da elite civil, através do uso da mídia, buscando fazer pressão em favor de uma intervenção militar. Nesse grupo havia a presença das forças armadas, do alto clero católico, lideranças de várias igrejas protestantes e ou evangélicas e grupos da sociedade apoiados pelos Estados Unidos (cuja história de apoio aos regimes totalitários na América Latina é de conhecimento).

Com o argumento de que o Brasil precisava ser salvo de um golpe comunista que Jango e a esquerda brasileira planejavam, em nome da democracia se criou uma série de notícias sensacionalistas e teorias de conspiração que eram alimentadas pelos jornais de grande circulação e de propriedade de grupos que estavam no poder. Era assim que uma falsa consciência pública foi alimentada. A ideia de um “perigo vermelho” virou parte integrante nos



DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESCOLA DOMINICAL **“ESCOLA DOMINICAL FEITA PRA MIM E PRA VOCÊ”**



mais variados discursos que foram reproduzidos de maneira acrítica. Com isso preparava-se o terreno para intervenção militar.

Os decretos do dia 13 e 14 de março, no qual o presidente declarava o interesse social para a desapropriação de terras, além de questões referentes ao petróleo, foram considerados medidas que ameaçavam o empresariado brasileiro. As manifestações, segundo estudiosos, não contavam com a presença popular operária, além de não serem espontâneas. Elas reproduziam modelos estrangeiros e contavam com a simpatia de muitos representantes das forças armadas.

O comício de 13 março de 64, somado a eventos como a Revolta dos Sargentos² e aos conflitos entre setores nacionalistas e grupos oficiais, serviu como meio para justificar o discurso dos descontentes. Assim, sob a liderança do general Castelo Branco, deu-se início a uma intervenção militar propriamente dita que buscava se justificar como defensora da democracia. Assim, retirou-se todo apoio ao governo João Goulart com a ênfase de que as forças armadas não estariam a serviço de um governo, mas na garantia dos poderes constitucionais e aplicação da lei. Esta era a senha para uma ofensiva militar. As passeatas dariam uma face civil e a propaganda veiculada nas mídias a referendária, dando, portanto, legitimidade ao golpe.

Como lembra-nos a professora Magali Cunha (in Anuário Litúrgico. Org. Luiz Carlos Ramos. São Bernardo do Campo: Editeo, 2014, p. 93), grande maioria das igrejas evangélicas tinham por marcas identitárias uma postura individualista, própria de sua ética pietista que apregoava o afastamento do mundo. Mesmo assim, muitas destas igrejas, diante da situação do golpe, se alinharam ao discurso oficial, conclamando seus fiéis para jejuarem e orem em prol da “revolução”. Houve também grupos no Brasil que através do diálogo e busca da unidade em movimentos de cooperação como o Conselho Mundial de Igrejas, inspiravam compreensões da vida e missão cristã fortemente comprometida com a responsabilidade social e busca da justiça.

Vários movimentos de juventude evangélica passaram a acompanhar essa possibilidade de vivência e testemunho da fé cristã no tocante aos ideais de unidade e responsabilidade de cunho sociopolítico que, através do movimento ecumênico, se articularam em prol de ações transformadoras. Entre estes encontravam-se clérigos e leigos que buscavam chamar a atenção de suas igrejas para o desafio de uma visão mais consciente de sua missão.

Entre as décadas de 50 e 60 as hierarquias eclesiásticas começaram a intervir de maneira a interromper tais processos. Com o golpe militar, muitas destas pessoas foram entregues aos aparelhos de repressão por membros de suas próprias igrejas. Líderes entregaram jovens membros de suas igrejas como subversivos/as. Existem pessoas que desapareceram e cujo “crime” era pensar diferente. A rejeição da pluralidade e diversidade de

² Para saber mais acesse http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolta_dos_sargentos



DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESCOLA DOMINICAL **“ESCOLA DOMINICAL FEITA PRA MIM E PRA VOCÊ”**



pensamentos e ações foi justificada com o discurso oficial do governo sobre o “perigo comunista”. Muita gente que buscou resistir, motivada por sua fé, pelo compromisso profético com a causa do Reino de Deus, sofreu perseguições dentro e fora da igreja, foram entregues por líderes, foram torturados/as, exilados/as, outras pessoas foram mortas, ou ainda estão desaparecidos/as.

A verdade sobre isso foi escamoteada e muitas pessoas ficaram apenas com a fama de terroristas. Por isso, lembrar este passado não tem por função o revanchismo ou a vingança, mas sim, recuperar a memória das vozes silenciadas, subjugadas. Retomar o passado para não reproduzi-lo no futuro. Curar feridas e superar os totalitarismos que, mesmo com o final oficial da ditadura, ainda está presente em práticas e ideias inculcadas em nossa sociedade.

A memória e a história são meios de repensarmos nossas identidades e projetos de vida, definem o sentido que damos às nossas trajetórias. O passado da ditadura continuará a condicionar nosso presente enquanto não tratarmos de resolvê-lo. Muitas figuras herdeiras da ditadura se recusam ao trabalho das comissões da verdade, pois disputam por um passado que justifica sua ideologia e suas intenções no presente. Por isso é preciso retomar a história. Há quem diga que é uma visão parcial, contudo ela propõe maior amplitude do que a história oficial do golpe contava e conta de si mesma.

Para a fé cristã a memória e história se constituem como elementos que nos formam quanto à nossa identidade. A própria Bíblia reúne as memórias do povo que caminha na busca de Deus nas tramas de sua história. Comprometer-se com o Reino de Deus e a sua justiça, é não se furtar de refletir sobre tais questões, pois elas falam da identidade que professamos e do mundo com o qual sonhamos.

A memória Bíblica e a reconstrução da Esperança

O Deus de Israel se dá a conhecer na para o povo hebreu como aquele que faz subir o povo da casa da servidão (Êxodo 20.2), isto é, Deus se revela no Êxodo como libertador do povo oprimido. No mundo em que o povo escravizado vivia, a compreensão sobre o divino era fortemente marcada pela ideia de que a vontade de Deus, ou dos deuses, estava sempre ao lado de quem detinham o poder. Logo, questionar as estruturas de opressão era considerado uma afronta às leis divinas.

O povo hebreu escravizado, por meio de Moisés descobre que Deus não está para apoiar o poder e justificar a injustiça, Deus não estava ao lado de Faraó. Deus sentindo compaixão, ouviu o clamor e o choro do seu povo que padecia e, por isso, desce para libertá-lo. A partir daí, a história do povo em formação será marcada por uma constante tensão entre ser fiel ao projeto do Êxodo ou ao conformismo com os modelos de opressão das nações poderosas que os cercavam.

A aliança de Deus com o povo no Sinai implicava em elementos de reorganização para uma vida em liberdade. Algumas regras eram circunstanciais ao contexto vivido, por isso não



DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESCOLA DOMINICAL **“ESCOLA DOMINICAL FEITA PRA MIM E PRA VOCÊ”**



cabe repetir versos isolados da Bíblia, pois eles precisam ser entendidos em conjunto dentro dos processos culturais e no horizonte da reflexão sobre como reorganizar uma sociedade livre da escravidão.

Não foram poucos os erros, os descompassos e descaminhos, pois a memória Êxodo com o tempo ficava obscurecida e o culto, principalmente depois da construção do templo, ficou sob o controle dos reis, que foram inúmeras vezes denunciados pelos profetas por não protegerem os fracos. Os santuários locais, nas mãos dos monarcas passaram a serem instrumentos de justificativa para o poder real e manutenção de seu aparato estatal.

A profecia clássica no contexto do Antigo Testamento nasce e se desenvolve como forte crítica à monarquia e seus desmandos. Isso pode ser visualizado na crítica de Amós aos governantes (Amós 6.1, 4.7), por conta de sua busca pelo poder e desconsideração para com os pobres e encurvados daquela sociedade (Amós 8.4-8). Na mesma linha, a profecia manifesta a defesa da justiça de Deus que havia sido esquecida pelos dirigentes do povo, conforme denunciado em Isaías 5.8 e Miquéias 3.9-12.

Mesmo que o contexto histórico e os lugares sociais variassem de um profeta para outro, o foco era a fidelidade ao projeto libertador do Êxodo. De nada adianta um culto feito no templo se existe exploração dos pobres, tortura dos que discordam e perseguição aos diferentes.

No caso específico do texto bíblico mencionado no título desta reflexão, a saber, Lamentações de Jeremias 3.21, o autor afirma: “quero trazer à memória o que me pode dar esperança”. Trata-se de uma confissão de fé em meio ao desânimo total frente à queda de Jerusalém pela ação do Império Babilônico.

Tudo está em ruínas, muitos foram mortos, outros exilados. O que resta? O lamento. Mas é aí que está um ponto muito importante, pois o lamento não é mera reclamação, mas um sinônimo de protesto dos grupos que se recusam serem desencorajados. Sem terra, sem rei e sem Templo, a identidade destruída.

Neste quadro, o livro de Lamentações, organizado poeticamente como cânticos de protesto ou lamentação, reafirma que mesmo não se vislumbrando uma saída, as forças da memória são o caminho para retomar a esperança. O capítulo três é o centro do livro, nele o povo se entende como quem provou a miséria, a exemplo da experiência narrada em Jó e nos cânticos do Servo de Isaías 50 e 53 (BONORA, Antonio. Naum, Sofonias, Habacuc, Lamentações: Sofrimento, protesto e esperança. São Paulo: Paulinas,1993).

Em meio ao caos, à perseguição e a todos os sofrimentos, se descobre que a misericórdia divina não se afastou, portanto pode se vislumbrar uma nova estrada e se embrenhar por ela. Este é o caminho de uma esperança ativa, transformadora que, a despeito da tirania dos babilônicos, valia à pena insistir. Relembrar a memória de que Deus é o Deus da paz e da liberdade era o fator que movia o povo na esperança de um novo tempo, uma nova



DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESCOLA DOMINICAL **“ESCOLA DOMINICAL FEITA PRA MIM E PRA VOCÊ”**



história apesar do exílio e de todos os seus males. Deus não é apresentado como aquele que justifica o sofrimento, mas como aquele que ouve o lamento/protesto e se solidariza.

Este texto se tornou tão importante para a tradição cristã, a ponto de ser utilizado nas antigas liturgias de sexta-feira santa em memória da paixão de Cristo. Pois as comunidades cristãs primitivas reconheceram em Jesus de Nazaré, o Deus radicalmente solidário com nossos sofrimentos, nossas cruzes.

O próprio Jesus nasceu também em um contexto marcado por opressões, perseguições e injustiças. Ao proclamar o Reino de Deus passou a ser visto como uma ameaça ao domínio do Império Romano. Em Jesus vemos Deus se relacionando com a história humana (João 1.9-14), assumindo suas dores e dramas (Filipenses 2.6-8), tomando partido dos mais frágeis (João 8.1-11) e denunciando a injustiça do Templo de Jerusalém (Marcos 11.15-19), do qual só participavam aquelas pessoas que tivessem condições de pagar sacrifícios. Por isso Jesus condena o templo como morada de Mamon, já que a vida cültica era definida em parte pelas transações comerciais no pátio externo dos gentios (Marcos 11.15-19).

Jesus nasce em uma família que, conforme Mateus 13.55, o pai é um “carpinteiro” (em grego: “tekton”), o que na Galiléia do século I designava camponeses que perderam a terra por dívidas e outras ações injustas de espoliação. Esses camponeses se tornavam artesãos como alternativa para a sua sobrevivência.

O anúncio e vivência do Reino de Deus incluía a cura, tocar nos intocáveis; partilhar os conhecimentos que apontavam uma compreensão de Deus como aquele que ama e faz justiça aos que sofrem. Com isso rompia-se a ideia de hierarquizações sociais, pois todas as pessoas eram convidadas a uma mesa comum. Naquele tempo a mesa era um dos símbolos culturais da estratificação da sociedade, de modo que não se sentavam à mesma mesa pessoas que fossem de lugares sociais diferentes.

Jesus sinaliza o Reino convidando a todas as pessoas para se sentarem fraternalmente. Compartilhar a refeição era uma característica distintiva da vida pública de Jesus, muitos de seus ensinamentos eram dados neste contexto. Era mal visto como um homem que comia com quem era indesejado pela sociedade (Marcos 2.16; Mateus 11.19; Lucas 7.34).

Todas estas ações de Jesus foram vistas como atos subversivos pelas autoridades de sua época. Pois a sua prática tinha a “ver com a inclusão em uma sociedade que possuía nítidas fronteiras sociais” (CROSSAN, John Dominic & BORG, Marcus. A última semana: um relato detalhado dos dias finais de Jesus. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007, p.138) Em Jesus, a salvação, sua morte e ressurreição são retratadas nos Evangelhos dentro das circunstâncias históricas e políticas em que ele vivia na Palestina Romana do século I.

Como lembra-nos o estudioso da vida de Jesus, John Dominic Crossan (Idem p. 22), os sistemas de dominação no mundo antigo funcionavam da seguinte forma:



DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESCOLA DOMINICAL **“ESCOLA DOMINICAL FEITA PRA MIM E PRA VOCÊ”**



- 1. Opressão política:** a maior parte da sociedade era governada por uma minoria elitizada;
- 2. Exploração econômica:** a riqueza que estava ligada à terra concentrava-se em grande porcentagem nas mãos dos grupos que tinham o controle da política e faziam leis que os beneficiavam;
- 3. Legitimação religiosa:** a linguagem religiosa, os rituais e seus aparatos eram utilizados para justificar como vontade divina todos os poderes estabelecidos, o que servia para tentar brechar quaisquer formas de protesto e divergência.

Neste quadro, a proclamação do Evangelho de Jesus se contrapõe a este tripé. Pois defende que Deus não está aí pra legitimar a injustiça, mas seu Reino encarna a justiça salvadora e transformadora das pessoas e dos sistemas. Por conseguinte, a visão econômica de Jesus Cristo é outra, é marcada pela partilha do pão, principal sinal de que o Reino de Deus e sua justiça estão acontecendo no meio do povo. E por isso, não está concentrado em ninguém, pois para Cristo o poder está ligado ao serviço de uns para com os outros, de umas para com as outras (Lucas 9.46-48), serviço expresso no cuidado mútuo.

A paixão de Jesus era o Reino de Deus, que se manifestava onde o amor e a justiça se encarnavam, dava esperança nova para esta vida e além dela. Isso se traduzia em comunhão e recuperação da dignidade de todas as pessoas, começando pelas que estavam mais à margem, convidando todas para serem irmanadas num caminho que não que inaugurava uma prática e uma ética comunitária.

E por fim

Neste período de quaresma relembramos o convite à contrição e ao perdão. Nosso pedido de perdão é como igreja, instituição e povo que muitas vezes foi indiferente ao clamor de tanta gente. Não se trata de perguntar quais de nós éramos nascidos/as naquele contexto. Não é uma questão de participação individual, mas de uma igreja que tem consciência histórica e retoma sua memória a serviço do seguimento de Jesus na causa da justiça. E por isso, tem coragem para assumir suas contradições e pecados históricos.

O Colégio Episcopal da Igreja Metodista publicou em 2005 um texto intitulado Serviço, Santidade, Sabedoria e Solidariedade, que se trata de um manual de estudos da carta Pastoral Servos Servas, Sábios Sábias, Santos Santas, Solidários Solidárias. Tal documento se propõe a recuperar os elementos de nossa vocação metodista, o que inclui a ênfase na fé em ação, para a qual “as obras de misericórdia como expressão e resultado da experiência da graça, tornaram os membros metodistas comprometidos com os pobres, marginalizados e com a mudança das condições sociais...”

A nossa vocação se reafirma no compromisso profético pelo qual assumimos que a paixão e morte de Jesus Cristo é vivenciada entre nós como expressão da solidariedade de Deus com o sofrimento humano, e de toda a criação. Somos discípulos e discípulas da compaixão no seguimento de Jesus crucificado e anunciamos a aurora da ressurreição na



DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESCOLA DOMINICAL **“ESCOLA DOMINICAL FEITA PRA MIM E PRA VOCÊ”**



defesa da vida, pois o crucificado é o ressuscitado. Lembra-nos o Plano Para a Vida e a Missão da Igreja:

“Nosso trabalho tem sua raiz na confiança de que Deus está conosco, vai à frente e é garantia da concretização do Reino de Deus no presente e no porvir. Ainda que as forças do mal e da morte lutem para dominar o nosso mundo, nossa esperança reside naquele que venceu, Jesus Cristo, que tornou real a ressurreição e a vida eterna. A vitória da vida já pode ser percebida na luta que travamos contra as forças da morte, pois já temos os primeiros frutos do Reino (primícias) que nos nutrem e nos levam a perseverar na caminhada orando “VENHA O TEU REINO” (Plano para a Vida e a Missão. Biblioteca Vida e Missão nº 01. São Paulo: Imprensa Metodista, 1996, p.22)

Somos discípulas e discípulos de Jesus Cristo, que por anunciar uma mensagem diferente da que o Império Romano e os fariseus anunciavam, foi torturado e morto injustamente. No Cristo crucificado vemos a solidariedade de Deus por toda gente que sofre, que é crucificada, torturada, angustiada, e a sua ressurreição anunciamos um mundo de vida plena e digna.

É preciso lembrar, orar, e trabalhar por um mundo onde ditaduras não se repitam, é preciso que nós nos responsabilizemos para construir uma nova história, de acordo com a vontade de Deus, esse é o real sentido de ser discípulo/a de Jesus de Nazaré, o que consiste em nossa missão.

Temos memória, fazemos memória e temos esperança...

Deus está conosco!

Bibliografia:

BONORA, Antonio. Naum, Sofonias, Habacuc, Lamentações: Sofrimento, protesto e esperança. São Paulo: Paulinas, 1993.

COLÉGIO EPISCOPAL DA IGREJA METODISTA. Servos, Servas; Sábios, Sábias; Santos, Santas; Solidários, Solidárias. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1989.

CUNHA, Magali do Nascimento. Igrejas na Ditadura: uma reflexão. In: Anuário Litúrgico. Org. Luiz Carlos Ramos. São Bernardo do Campo: Editeo, 2014.

CROSSAN, John Dominic & BORG, Marcus. A última semana: um relato detalhado dos dias finais de Jesus. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

IGREJA METODISTA. Plano para a Vida e a Missão. Biblioteca Vida e Missão nº 01. São Paulo: Imprensa Metodista, 1996.



DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESCOLA DOMINICAL **“ESCOLA DOMINICAL FEITA PRA MIM E PRA VOCÊ”**



RENDERS, Helmut (org.). Sal da Terra e Luz do Mundo: 100 anos do Credo Social Metodista. São Bernardo do Campo: Editeo, 2009, p.58

SILVA, Kalina Vanderlei. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo: Contexto, 2010, p. 175

TOLEDO, Caio Navarro de. O Governo Goulart e o Golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 1997.

A Igreja Metodista e a ditadura militar: cinquenta anos do Golpe de 1964 **O que a Igreja tem a refletir sobre isso?**

NOTAS DE AUXÍLIO PARA O/A PROFESSOR/A

Por que esse tema?

“Respondeu Jesus: O meu reino não é deste mundo.” João 18.36a. Muitas vezes este versículo é interpretado como justificativa para que a igreja não se envolva em questões sociais. Todavia, esta interpretação ignora o quanto Jesus (além de seus seguidores e precursores) questionaram e confrontaram instituições e estruturas sociais injustas. Esse texto do Evangelho de João convida os cristãos e as cristãs a interagirem no mundo de maneira a não reproduzirem seus valores, mas sim refletindo os valores do evangelho, muitas vezes opostos aos valores vigentes na sociedade.

Em tempos onde toda a sociedade segue refletindo sobre os 50 anos do Golpe Militar, a Igreja, que deve ser sal e luz nessa sociedade, precisa pensar sobre isso. Qual a função da história e da memória na construção da identidade do povo de Deus? O que a lembrança de um evento ocorrido há cinquenta anos traz de positivo na caminhada atual da Igreja?

A reflexão histórica tem por função solidificar a identidade pessoal e coletiva, bem como reforçar a convicção metodista em um Evangelho que se materializa em ações concretas em favor das pessoas, com o fim de orientar a caminhada dos discípulos e discípulas de Cristo que seguem ao seu Senhor buscando imitá-lo em todas as suas ações.

Orientações:

1. Este material deve ser preferencialmente distribuído antecipadamente a todos os alunos e alunas. Recomenda-se sua leitura prévia, de forma que o tempo de aula seja mais bem aproveitado em dinâmicas e interações entre o grupo e o/a professor/a.
2. O/a professor/a conseguirá transmitir muito mais segurança quão mais ele domine o conteúdo da lição. Sugestões bibliográficas estão incluídas no final da lição para que os alunos ou alunas que desejarem se aprofundar possam consultar. Recomenda-se que



DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESCOLA DOMINICAL **“ESCOLA DOMINICAL FEITA PRA MIM E PRA VOCÊ”**



o/a professor/a busque outras fontes de informações sobre o período histórico em questão para enriquecer a discussão.

Fundamento Bíblico:

“Quero trazer à memória o que me pode dar esperança” (Lm 3.21). As Lamentações de Jeremias são composições pertencentes ao gênero do canto fúnebre. A Lamentação 3, da qual o versículo em questão foi extraído, é uma lamentação individual.

As Lamentações tradicionalmente são lidas durante a Semana Santa (ou seja, no período da Quaresma, que não é uma tradição católica, mas faz parte do calendário cristão) para lembrar o drama do Calvário. As Lamentações foram escritas após a ruína de Jerusalém, portanto em cenário de desolação e destruição. Muito embora destacando a tristeza, as Lamentações jamais deixam de enfatizar o arrependimento e confiança em Deus, mesmo em cenário de desolação. A memória serve, portanto, para forjar a identidade, mas também como fonte perene de esperança mesmo em tempos de dor, luto e tribulações.

“Eu sou o Senhor, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão” (Êxodo 20.2). Deus é desde o início da formação do povo hebreu conhecido como o Deus libertador, pois de fato Ele o é. Enquanto para os povos pagãos contemporâneos ao povo hebreu a presença de suas divindades era atestada pela vitória (e, conseqüentemente, sua derrota era atribuída à ausência da divindade), Deus identifica-se com o povo oprimido e cativo, prometendo libertação e, assim que consumada, lembrando-a para que o povo não caia em pecado e repita o erro que seus opressores haviam cometido: “também não oprimirás o forasteiro; pois vós conheceis o coração do forasteiro, visto que fostes forasteiros na terra do Egito”. Ex 23.9.

“Ai dos que andam à vontade em Sião e dos que vivem sem receio no monte de Samaria, homens notáveis da principal das nações, aos quais vem à casa de Israel!” Amós 6.1 O testemunho profético do Antigo Testamento é forte evidência em favor do envolvimento da Igreja em questões sociais, sobretudo quando este envolvimento se dá em favor de populações marginalizadas. Amós profetiza em época de grande prosperidade material do reino de Israel (Reino do Norte), época na qual o grande luxo da nobreza e corte contrasta fortemente com a miséria dos oprimidos. Amós condena, em nome de Deus, a vida corrupta, as injustiças sociais e a religiosidade que não se reflete em justiça.

Introdução:

Inicie a aula convidando os alunos a discutirem (em pares ou pequenos grupos, de forma que todos/as possam dar sua opinião e interajam com as questões propostas) algumas perguntas. Sugestões:

- a) Qual a função do estudo da história?



DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESCOLA DOMINICAL **“ESCOLA DOMINICAL FEITA PRA MIM E PRA VOCÊ”**



- b) Qual a função da memória? Como a compreensão do nosso passado (como povo, nação e igreja) pode nos ajudar a compreender o presente e construir nosso futuro?
- c) Por que discutir questões históricas e sociais na igreja, que é local de adoração e interação com Deus?

Neste momento o professor aponte para nossa herança metodista na crença de um cristianismo engajado na mudança social, cristianismo que luta para proporcionar uma vida melhor a pessoas que sofrem. Usar as referências a nossos documentos e doutrinas no corpo da lição e lembrar que cristianismo é uma religião social. É também recomendável que o/a professor/a aborde o conceito de política. Política não é necessariamente política partidária (eleitoral), mas sim participação comunitária, coletiva. Desta forma, a ação social da igreja é política no que diz respeito à busca do bem da comunidade, e não no sentido de alcançar posições de poder.

O que foi o Golpe de 1964?

Talvez, neste momento, não haja tempo de abordar todos os detalhes que o texto da lição traz, reforçando a recomendação de leitura prévia (ou posterior) do texto. Recomenda-se que nesta hora o professor esclareça a diferença de “revolução” e “golpe de estado”. Revolução é o termo que a historiografia oficial do regime militar usou, mas que na verdade não se aplica ao evento ocorrido em 1964, pois o mesmo não propôs “mudanças radicais nas estruturas e sistemas econômicos e sociais”. Na verdade o golpe apenas reafirmou as estruturas econômicas e sociais, reforçando a concentração de renda e poder nas mãos de uma elite econômica, política e midiática.

A memória Bíblica e a reconstrução da Esperança:

Neste momento deve haver a compreensão de que questionar poderes injustos e anunciar o Reino de Deus como redenção em favor das pessoas oprimidas não é algo negado a quem é cristão ou cristã. Embora, atualmente, haja correntes de interpretação que advoguem a submissão cega e sem crítica às autoridades políticas e religiosas, o contrário disso é agir de forma profética: denunciar a injustiça e anunciar a Esperança é a forma de fortalecimento da convicção religiosa tanto individual quanto comunitária, pautada nas verdades do Evangelho.

Por meio das discussões procure estabelecer relações entre:

- a. Lembrança do passado e engajamento presente em favor da mudança social.
- b. Profecia do Antigo Testamento e atuação da igreja em favor de quem sofre.
- c. Necessidade de conhecer as estruturas sociais e ter uma atuação cristã.

Conclusão:

A memória do golpe militar no Brasil ao ser resgatada no período da quaresma (que é período dedicado à contrição, ao arrependimento, ao perdão e à conversão), não tem a



DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESCOLA DOMINICAL **“ESCOLA DOMINICAL FEITA PRA MIM E PRA VOCÊ”**



intenção de “revanchismo”, ou seja, busca por vingança e “inversão” de papéis entre opressor-oprimido, a busca é por justiça: reconhecimento de que houve pecados cometidos contra a população, contra jovens, homens, mulheres e crianças que tiveram seus direitos suprimidos, perderam seus lares, suas famílias e muitas vezes suas vidas em favor da manutenção e concentração de um poder econômico e político obtido de forma ilegal e injusta.

O resgate da memória e o estudo da história não se justificam como um fim em si mesmo, como uma espécie de “culto saudosista”, mas sim como elemento propulsor que visa formar nossa convicção presente e motivar nossa atuação em busca da justiça.

Use os momentos finais da aula para lembrar, construindo coletivamente com o grupo, exemplos atuais de negação de direitos e exploração política e econômica. Entre os exemplos de injustiças atuais pode ser mencionada a situação dos sem teto nas grandes cidades, sem terra na área rural, da população indígena cuja terra está em ameaça por pressão de latifundiários, da população que mora em favelas, cujos direitos fundamentais são negados tanto pela presença de criminosos quanto pela atuação da polícia e do poder público que nega sua cidadania, as crianças alvos de tráfico humano e prostituição infantil, entre outros.

Termine com um tempo de oração e clamor a Deus para que direcione a Igreja Metodista e todas as demais igrejas a, inspiradas em Jesus Cristo, terem um papel relevante, profético e extremamente necessário hoje.

Glossário:

Credo Social: Documento que pretende nortear as ações da Igreja Metodista em sua relação com a sociedade e formula a doutrina social da Igreja Metodista. Segundo João Parahyba Daronch da Silva, seu significado é o de “contribuir para a tomada de consciência da responsabilidade social no contexto brasileiro”. O Credo Social enfatiza por diversas vezes a importância do Estado como promotor do bem comum.

Hodierno: Relativo aos dias de hoje; atual; moderno.

Misticismo: Do grego *μυστικός*, transliterado *mystikos*) é a busca da comunhão com Deus através da experiência direta ou intuitiva. O misticismo se define como um tipo de prática religiosa que enfatiza a atenção imediata da relação direta e íntima com Deus, ou com a espiritualidade, com a consciência da presença divina.

Parlamentarismo: É um sistema de governo em que o poder legislativo (parlamento) oferece a sustentação política (apoio direto ou indireto) para o poder executivo. Logo, o poder executivo necessita do poder do parlamento para ser formado e também para governar. No parlamentarismo, o poder executivo é, geralmente, exercido por um primeiro-ministro (chanceler).



DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESCOLA DOMINICAL **“ESCOLA DOMINICAL FEITA PRA MIM E PRA VOCÊ”**



Presidencialismo: É um sistema de governo no qual o presidente da república é chefe de governo e chefe de Estado. Como chefe de Estado, é ele quem escolhe os chefes dos grandes departamentos ou ministérios. Juridicamente, o presidencialismo se caracteriza pela separação de poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

Proselitismo: É o empenho ativista de converter uma ou várias pessoas, ou determinados grupos, a uma determinada causa, ideia ou religião (neste último caso, proselitismo religioso, que é a tentativa de convencer alguém a se converter às suas ideias ou crença).

Reacionário: É aquele que se contrapõe a mudanças sociais e [políticas](#), por intermédio de força ou coerção. Nesse sentido, entende-se como reação o conjunto de forças que atuam no sentido de retorno a uma situação passada, revogando avanços sociais, econômicos ou políticos.